



Questões que influenciam a adoção e uso de repositórios digitais na área das Ciências da Comunicação^{1, 2}

Simone da Rocha Weitzel³

Docente do Departamento de Estudos e Processos do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (DEPB/CCH/UNIRIO)

Resumo

Apresenta o resultado de uma pesquisa que utilizou o grupo de foco eletrônico para identificar algumas tendências da comunidade de pesquisadores da área das Ciências da Comunicação no Brasil quanto a adoção e uso de repositórios digitais, especificamente, os repositórios que utilizam o software Eprints. Este tipo de repositório permite a inclusão espontânea de comentários sobre os conteúdos ali armazenados possibilitando a crítica da produção científica já certificada. Os resultados da pesquisa apontam algumas tendências, dentre as quais destacam-se: a rejeição dos repositórios que permitem o auto-arquivamento dos comentários espontâneos da produção científica ali armazenada e o apoio à implantação de repositórios institucionais. Estes últimos devem ser fomentados e gerenciados por terceiros que sejam comprometidos e reconhecidos pela área, tal como o modelo desenvolvido pela PORTCOM.

Palavras-chave

Repositórios digitais; Comunicação científica; Ciências da Comunicação

1 Introdução

O estudo da internet e de sua influência na atividade de pesquisa é fundamental para a compreensão das novas dinâmicas presentes na comunicação científica. Essas novas dinâmicas referem-se à interação do pesquisador com a produção, a disseminação, acesso e o uso da informação técnico-científica (ICT) que no ambiente digital tem sido caracterizado por maior autonomia do pesquisador, instantaneidade e acesso livre à informação.

Uma parte da ICT disponível na internet está organizada sob uma infra-estrutura constituída para as publicações eletrônicas que vem sendo consolidada, principalmente,

¹ Trabalho apresentado no XVII Encontro de Informação em Ciências da Comunicação.

² Este trabalho é parte dos resultados de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, defendida em dezembro de 2006 e orientada pela Prof.^a Dr.^a Sueli Mara Soares Pinto Ferreira.

³ Docente do Departamento de Estudo e Processos Biblioteconômicos do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (DEPB/CCH/UNIRIO), onde ministra disciplinas para a Escola de Biblioteconomia e desenvolve pesquisas na área de comunicação científica e biblioteconomia. E-mail: simone.weitzel@gmail.com



pela Iniciativa de Arquivos Abertos⁴ (OAI) e pelo Movimento de Acesso Livre que é representado pela Declaração de Budapest (2002), de Bethesda (2003) e de Berlin (2003) – aqui denominada pela sigla BOAI. Essas ações inovaram os processos e os produtos da atividade científica e, conseqüentemente, dinamizaram o fluxo da informação científica desencadeando a sua reestruturação. Essa reestruturação teve por objetivo o acesso democrático à ICT de modo a promover maior e melhor desenvolvimento científico para a humanidade. Nesse sentido, faz parte da filosofia dessas ações a “evangelização” dessas idéias, isto é, a defesa do acesso livre e gratuito à ICT que é, por princípio, um patrimônio cultural da humanidade, já que a pesquisa e seus produtos existem para a humanidade e por causa dela (BERLIN, 2003).

No entanto, apesar dos esforços das iniciativas da OAI e do BOAI alguns fatores podem influenciar a adoção ampla desse modelo comprometendo, em certo sentido, o desenvolvimento da própria ciência. A fim de identificar tais fatores e, em contrapartida, de compreender as novas dinâmicas que estão atuando no processo de comunicação científica no ambiente digital, foi empreendida uma pesquisa de campo, especificamente um estudo de caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil, de modo a identificar aspectos que podem influenciar a adoção e uso de uma das propostas do modelo – os repositórios digitais implantados com uso do software Eprints, o qual agrega valores distintos dos demais, conforme discutido mais adiante.

Para isso, é necessário antes detalhar alguns aspectos do que vem a ser a infraestrutura que apóia as publicações científicas, os repositórios digitais e o próprio software Eprints. A seguir, são apresentados os parâmetros da pesquisa de campo e os seus resultados.

2 O modelo OAI e os repositórios digitais

O modelo estrutural que apóia a publicação científica na internet atende aos padrões e protocolos que certificam sua origem e permanência. Essa infra-estrutura, denominada de *open archives*, é composta por provedores de dados que armazenam os objetos digitais e por provedores de serviços que coletam os metadados contidos nos provedores de dados. Os provedores de serviços permitem a ampla disseminação da

⁴ *Open Archives Initiative*



produção científica como se fossem buscadores científicos. Portanto, o resultado dessa inovação refere-se principalmente à possibilidade de publicar periódicos, teses, anais de eventos etc. na internet com a vantagem de permitir a busca em cada um deles (provedores de dados) e também a busca integrada por meio dos provedores de serviços. Com essa estrutura um pesquisador pode fazer uma busca em um provedor de serviços e obter resultados em vários artigos, trabalhos apresentados em eventos, teses, etc. armazenados em provedores de dados garantindo ampla disseminação e impacto da produção científica.

Também é possível reagrupar as publicações eletrônicas em repositórios digitais, cujos metadados também são coletados pelos provedores de serviços. Os repositórios funcionam como uma segunda instância de disseminação, que reúnem a produção científica já publicada, em fase de publicação ou não publicada. Os repositórios digitais podem ser criados em função de uma área do conhecimento, denominados de repositórios temáticos, ou de uma instituição, repositórios institucionais. Os pesquisadores que lideram o OAI e o BOAI defendem que as publicações eletrônicas devem ser auto-arquivadas em repositórios temáticos ou institucionais, pois dessa maneira é possível disseminar a produção científica além das publicações propriamente dita. Dessa forma, um artigo de periódico depositado em um repositório terá mais chance de ser lido do que na sua forma original, mesmo que seja uma publicação eletrônica. Além disso, esse ato de auto-arquivamento da produção científica em repositórios digitais pelo próprio autor é considerado um ato político, uma vez que muitas publicações eletrônicas, especialmente os periódicos científicos, não permitem o acesso livre. Nesse sentido, o auto-arquivamento promove o acesso e estimula a produção de novos conhecimentos.

Para implementar repositórios digitais, é necessário instalar um software adequado aos padrões e protocolos recomendados pela OAI para que a infra-estrutura dos provedores de dados e de serviços possam “conversar” (interoperabilidade). Um dos softwares recomendados é o Eprints. Este software, até a sua segunda versão, permitia que pesquisadores cadastrados utilizassem o recurso de fazer comentários da produção ali depositada. Este recurso foi muito criticado na literatura científica, pois se acreditava que esta modalidade concorreria com a revisão de pares clássica. No entanto, Harnad (1990, 1999, 2000, 2001) publicou vários artigos para defender os comentários como um recurso a mais, como uma instância além da revisão de pares. É possível consultar



alguns repositórios com essas características tal como o Arxiv.org e o Cogprints. Este tipo de repositório digital, denominado aqui de repositório digital eprints (RE) é o foco deste estudo.

No Brasil, essas iniciativas da OAI e da BOAI têm sido difundidas e apoiadas principalmente pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que tem estimulado a implementação de provedores de dados, seja para publicações eletrônicas tais como periódicos, teses e anais de eventos, seja para repositórios digitais. O próprio IBICT implementou provedores de serviços tal como o OASIS.BR (*Open Access & Scholarly Information System*/Portal de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre) e a BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações).

Muitas universidades e institutos de pesquisa brasileiros têm adotado os padrões e protocolos necessários para fazer parte da infra-estrutura da OAI implementando, sobretudo, provedores de dados. A maioria das universidades brasileiras participa, por exemplo, do modelo de publicação de teses e dissertações e da BDTD.

O caso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom) é um dos exemplos mais bem-sucedidos no país, reunindo a produção científica da área da comunicação no Portal de Livre Acesso a Produção em Ciências da Comunicação (Federação Lusófona de Bibliotecas Digitais em Ciências da Comunicação) desde 2000. O Portal é coordenado pela Rede de Informação em Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos (PORTCOM) reunindo os provedores de dados, tal como o REPOSCOM (repositório temático) e um Portal de Revistas da área (REVCOM). O provedor de serviços faz parte do projeto e está em fase de implementação. A PORTCOM adotou a infra-estrutura do modelo da OAI como uma solução estratégica a fim de otimizar o controle bibliográfico na área das Ciências da Comunicação.

Apesar dessas ações pioneiras da área, ainda não é possível afirmar que os pesquisadores tenham adotado e utilizem esse modelo em suas atividades de pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa de campo empreendida teve por objetivo identificar os elementos que caracterizam a aceitação, a compreensão e o uso de repositórios digitais, especificamente os repositórios digitais eprints (RE) bem como os atributos necessários para legitimação desse veículo para a produção científica.



3 A pesquisa de campo

O Grupo de foco eletrônico foi o instrumento de coleta de dados adotado para identificar a percepção dos pesquisadores da área de comunicação no país quanto à aceitação, compreensão e uso e aplicação dos repositórios digitais pela comunidade de pesquisadores da área das Ciências da Comunicação – as três variáveis da pesquisa.

O *Chat*, um dos tipos mais simples de grupo de foco eletrônico, permite que um moderador apresente questões e que os participantes comentem as questões, via teclado, por acesso remoto, a uma página determinada na internet (KRUEGER; CASEY, 2000). O software utilizado para realizar o *chat* foi desenvolvido pela equipe da Seção de Sistemas de Engenharia (SSE) do Centro de Tecnologia da Informação, Automação e Mobilidade (CIAM) do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Uma das maiores vantagens desse instrumento está na possibilidade de reunir pesquisadores originários de todo o país e de conhecer diferentes realidades e condições de pesquisa sem que custo ou tempo excessivo estivessem associados.

Foram compostos três grupos de foco que variaram de cinco a sete integrantes totalizando efetivamente 18 participantes oriundos do universo de 182 pesquisadores identificados na Plataforma Lattes. Os participantes selecionados continham o seguinte perfil: todos os participantes são pesquisadores doutores, líderes de grupos de pesquisa e docentes em instituições de ensino superior. Sob estas principais características comuns também foram identificados nesse universo os pesquisadores com bolsa de produtividade; representantes oficiais do CNPq, da Intercom, Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) e Capes; e editores

científicos de periódicos científicos da área com conceitos A e B de circulação nacional e local.

4 Resultados

Os resultados dessa pesquisa foram apresentados sob a forma de tendências uma vez que os dados apresentados são, na verdade, as falas dos pesquisadores. As falas dos pesquisadores formaram diversas categorias que, por sua vez, foram reagrupadas sob dois eixos principais: inovação e legitimação do modelo. Os dois eixos determinaram as principais tendências quanto à adoção e uso de RE e, por conseguinte, as dinâmicas atuais da comunicação científica presentes na área. Foi verificado também que o perfil



da área é um aspecto que influencia a inovação e os atributos de legitimação para a adoção e uso dos repositórios digitais de um modo geral e dos RE, em particular.

4.1 Inovação

A inovação do sistema de comunicação científica foi caracterizada pela literatura como processos de autogestão (BARRETO, 1998), simultaneidade (GERALDES, 2002), reflexividade (MORIN, 2003), heterogeneidade e transdisciplinaridade estruturada pelas relações sociais sem hierarquias (GIBBONS et al, 1994). Essas características são próprias da infra-estrutura proposta pela OAI, mas nem todas são percebidas, aceitas ou utilizadas pelos pesquisadores da área de comunicação conforme pode ser verificado a seguir a partir das variáveis compreensão, aceitação e uso e aplicação dos RE.

a) Compreensão

De um modo geral, não há entre os pesquisadores uma percepção do que vem a ser um repositório digital. Alguns participantes afirmaram que um repositório digital é um tipo e um novo formato de publicação. Outros afirmaram que esta nomenclatura não é adequada e prejudica a compreensão do que vem a ser um repositório. Há certa confusão entre o modelo que apóia os repositórios digitais com o modelo de publicação on-line dos periódicos científicos, e desconhecimento da infra-estrutura da OAI que apóia ambos os modelos. Não há a percepção entre a maioria dos participantes da necessidade de mudanças do sistema de publicações científicas impressas por limitações de acesso e que os benefícios podem transformar a própria ciência. Somente uma minoria dos participantes possui relativo conhecimento conceitual, demonstrado por exemplos corretos atribuídos aos repositórios digitais bem como de suas funcionalidades. Por outro lado, há relativa predisposição de alguns pesquisadores a ampliar sua compreensão sobre os modelos praticados pela OAI e BOAI e, particularmente, sobre os repositórios digitais. Perceberam também que existem modelos para publicação on-line que não são adequados, pois não são “pesquisáveis” pelas ferramentas de busca na internet. Além disso, os pesquisadores fizeram críticas quanto à transição das publicações impressas para on-line, pois muitos estão sendo feitos com base no modelo impresso, sem explorar as vantagens do ambiente digital. Alguns participantes afirmaram também que necessitam aprofundar questões sobre direitos autorais, regimes de autorias e



licenciamento de conteúdos e de até desenvolver pesquisas nesse sentido para tratar do tema. No entanto, estes indícios não são ainda a expressão da maioria.

b) Aceitação

Há uma forte tendência de rejeição de um tipo de repositórios digitais que permitem a inclusão de comentários (RE). De acordo com as ponderações dos participantes, a rejeição refere-se ao perfil da área que se caracteriza pela indisposição em aceitar críticas e em avaliar procedimentos. Dessa maneira, observou-se a existência de uma dicotomia importante: a área está mais aberta para as inovações tecnológicas para veículos de massa do que para os veículos da comunicação científica. Por isso, apesar do caráter dinâmico e inovador da área, a aceitação dessa inovação implica em mudanças que talvez a comunidade não queira fazer em função de seu perfil. As seguintes características para a área foram apontados como aspectos que podem concorrer para a sua rejeição: individualismo, competitividade, conservadorismo e isolamento da área. Nesse sentido, é possível ponderar que o individualismo e a competitividade impedem o trabalho mais cooperativo - um elemento fundamental para a consolidação intelectual em fluxos de ICT mais velozes, tal como ocorre em modelos apoiados pela OAI. A área parece lidar melhor com inovações pontuais, em vez de grandes inovações que provocam mudanças estruturais. Os participantes manifestaram sentimentos relacionados a sensações de prejuízo, medo do plágio e das apropriações indevidas, isto é, os modelos praticados pela OAI e BOAI podem afetar a competitividade ou as relações de poder na comunidade. Outras tendências também foram identificadas: preferência pelo material impresso; certa cautela em relação ao material digital; necessidade de tempo para assimilação da tecnologia e reconhecimento da sensação de medo, desconhecimento e desconfiança da tecnologia; dificuldade de operacionalização do novo modelo; dificuldade para aceitar mudanças culturais; desprezo e desinteresse sobre o tema. Poucos pesquisadores reconheceram que o modelo impresso chegou ao seu limite e que é necessário romper o círculo vicioso orientado pela máxima “publique ou pereça”, o qual é reforçado pelas políticas científicas brasileiras.

c) uso e aplicação na área

A pouca compreensão do modelo dos RE entre os participantes parece afetar as possibilidades de seu uso e aplicação. Para os participantes o uso e aplicação dos RE são dependentes da legitimação dos órgãos reguladores da pesquisa e não deles próprios.



Foram identificadas nas falas dos participantes duas categorias nas análises dos dados que expressam essa tendência: autogestão e heterogeneidade.

Quanto a auto-gestão, os pesquisadores recomendaram que a gestão se dê por competência, e não por indicações políticas. A consciência dos problemas que afetam a cultura digital, tal como a permanência e preservação digital, demonstram a sensação de certa compreensão de que a gestão de RE requer esses conhecimentos e operações. Também há certa clareza entre os participantes sobre a necessidade da auto-sustentabilidade dos repositórios digitais por meio do uso dos recursos humanos e financeiros da própria instituição que a mantém e/ou por meio de financiamento público para pesquisas. Também foi apontado pelos pesquisadores que o uso dos repositórios digitais na área poderia ser uma alternativa para armazenamento e disseminação de produção científica de menor valor epistêmico, especialmente a produção científica rejeitada pelos canais formais reconhecidos pelas agências reguladoras da pesquisa no país. Outra questão apontada por poucos participantes, e que pode surgir na comunidade científica da área, é a associação do auto-arquivamento de uma produção científica de qualidade já disponível em canais formais (por exemplo, em periódicos científicos) à perda de tempo. Não há a percepção de que o auto-arquivamento é uma questão política para a comunidade científica em função das iniciativas que promovem o acesso livre à produção científica no mundo. Somente a minoria manifestou disposição e despreocupação para o auto-arquivamento, identificando nesse processo um caminho para economia de recursos humanos e financeiros.

Foi observado nas falas dos participantes que há oposição entre o discurso científico e não-científico em lugar dos discursos científicos provenientes de múltiplas fontes on-line e áreas. Isto é, a heterogeneidade não foi percebida como uma característica da cultura digital. Nesse sentido, há certa preocupação entre os participantes em função da crença de que o discurso científico se perde na internet frente a outros discursos possíveis não certificados. O preconceito e a prudência foram sentimentos associados à heterogeneidade, indicando restrição quanto ao seu uso e adoção.



4.2 Legitimação

Os pilares que fundamentam e legitimam o processo da comunicação científica, isto é, a acessibilidade, fidedignidade e disseminação (KLING, 2004), não são dependentes da cultura impressa ou digital. Nesse sentido, qualquer inovação no sistema de comunicação científica deve considerar esses pilares, e, especialmente, o alto padrão do controle de qualidade e o tríplice papel do pesquisador como produtor, disseminador e consumidor da produção científica, conforme prescreveu Garvey e Gottfredson (1976). Nesse sentido, a infra-estrutura OAI apresenta as condições necessárias para legitimar a inovação que resultou na reestruturação do sistema de publicações científicas. As categorias que emergiram da análise dos dados referentes à legitimação, o segundo eixo desta análise, também são verificadas a partir das variáveis compreensão e aceitação do modelo e possibilidades de uso e aplicação dos RE.

a) Compreensão

Os participantes revelaram relativo conhecimento das questões que envolvem o processo de comunicação científica ao identificar a obrigatoriedade de auto-arquivamento e a necessidade de permanência e preservação digital como aspectos que influenciam a legitimação dos repositórios digitais.

Quanto à obrigatoriedade de auto-arquivamento de pesquisas financiadas pelo governo brasileiro em repositórios digitais, a maioria dos participantes considerou que essa é uma medida autoritária da parte dos órgãos reguladores de pesquisa, mesmo que demonstre transparência dos gastos públicos. Há um desconhecimento entre os participantes de que essa é uma estratégia oficial recomendada por várias iniciativas do movimento do acesso livre no mundo como forma de combater a restrição ao acesso à produção científica por questões econômicas. Devido ao relativo desconhecimento dos participantes sobre essas iniciativas, é possível que essa percepção esteja mais relacionada à crítica às políticas científicas em si do que à proposta de acesso livre.

Quanto a permanência e preservação digital, ambas são categorias inerentes ao processo de comunicação científica. Existe a percepção entre os participantes de que é necessário preservar a memória científica e garantir o acesso perene para assegurar a fidedignidade da ciência ou “a qualidade integrativa do universo da informação”, nos termos popperianos (McGARRY, 1999, p. 135). O reconhecimento da importância



dessas categorias demonstra certa compreensão e familiaridade sobre as questões referentes aos princípios que regem a comunicação científica.

b) Aceitação

Várias categorias que emergiram da análise dos dados expressam atributos inerentes ao processo da comunicação científica e outros que reforçam o modelo baseado no material impresso como condicionante para aceitação do RE. Há um nítido consenso entre os participantes de que a adoção do modelo dos repositórios digitais, de um modo geral, perpassa necessariamente pelos atributos de legitimidade. Foram também identificadas duas categorias nas falas dos participantes: garantia da confiabilidade para conferir autoridade e a qualidade da produção científica. Ambas expressam os pilares da comunicação científica e são, conforme visto, independentes da cultura digital ou impressa. Essas categorias foram altamente recomendadas pelos participantes para a legitimação dos repositórios digitais e em especial do RE. No entanto, foi possível verificar duas interpretações distintas quanto a essas categorias. De um lado, alguns participantes identificaram atributos que extrapolam as questões sobre a natureza da produção e são inerentes à comunicação científica, como as categorias citadas previamente (confiabilidade, autoridade e qualidade da produção científica). De outro, alguns participantes defenderam que a legitimação dos RE se dê por meio das mesmas categorias que legitimam o modelo impresso. Há uma forte percepção de que o material impresso garante confiança e autoridade. Mas, não ficou claro se esta idéia coaduna-se com os pilares da comunicação científica ou com as políticas científicas adotadas pelas agências reguladoras da pesquisa. Independente dessa questão, os critérios definidos pela CAPES para avaliar a produção científica, os quais muitos participantes contestaram, também devem ser adotados para avaliar os RE. A necessidade de compensação acadêmica e de manter as garantias do modelo baseado no impresso são categorias que expressam a necessidade da institucionalização dos RE pelas mesmas vias que ocorrem no modelo baseado no impresso. A minoria acredita que a legitimação deva ser de modo distinto àquela adotado para o material impresso, mas não foi detalhado como.

Há forte consenso entre os participantes de que as credenciais, autoridade, objetivos e competência dos RE devam ser atributos de legitimação. Dessa forma, a gestão dos RE deve ser empreendida por autoridades de competência reconhecida,



instituições ou grupo de pesquisa, cujos objetivos sejam definidos em política específica para cada repositório. Nesse sentido, a confiança e a credibilidade dos RE perpassam pelas chancelas das instituições, e a aceitação do modelo RE é fortemente dependente desses atributos.

Outras questões relativas à legitimação pontuadas pelos pesquisadores referem-se ao processo de controle da qualidade e consideram quatro grandes categorias: revisão de pares, autenticação da produção científica on-line, prática da citação e usabilidade.

Quanto à revisão de pares, foi percebido entre os participantes que os RE podem garantir maior transparência e democracia ao sistema de revisão de pares. No entanto, existe a percepção de que a comunidade da área das Ciências da Comunicação não está preparada para essas mudanças, especialmente porque há excessiva exposição e vulnerabilidade do autor aos comentários públicos. Antes, é necessário que a comunidade supere medos e a rejeição da crítica para possibilitar maior interação. Em função disso, foi sugerido por alguns participantes um grande controle dos comentários públicos pelo autor e a adoção de conselhos editoriais para aprovar comentários. Os gestores dos RE, ou mais especificamente as políticas de cada RE, podem definir o nível de ação dos mecanismos para comentários públicos. Poucos participantes foram contra essa medida, expressando que tal prática introduz os mesmos filtros que limitam a produção científica no sistema atual. Não houve a percepção da maioria de que os comentários públicos podem constituir-se em mais um nível da revisão de pares, em vez de substituir o sistema de revisão de pares conforme sugere Harnad (1990). Vale destacar também que existe a percepção equivocada de que os RE podem substituir os periódicos científicos. Dessa forma, a baixa compreensão do modelo entre poucos participantes foi responsável pela percepção de que os critérios de seleção de artigos, tal como é efetuado em periódicos científicos, são um mecanismo válido para controlar a qualidade dos RE.

Quanto à autenticação da produção científica on-line, foi recomendado pela minoria dos participantes o uso dos RE para combater o plágio por meio do auto-arquivamento, cujos metadados revelam e controlam autoria, data de publicação etc. Há certo consenso entre os participantes de que o plágio é um problema ético e que transcende a cultura digital.



Quanto à prática da citação, existe forte percepção entre os participantes de que a citação de trabalhos certificados impressos garante a qualidade da ciência e evita o plágio, uma vez que aqueles que estão on-line não são certificados. Duas questões estão associadas à categoria “prática da citação”: uma refere-se à percepção de que o conteúdo do material de acesso livre é de baixa qualidade; a outra se refere à prática da citação correta como princípio direcionado a combater o plágio. Há certa predisposição dos participantes em rejeitar o uso de normas técnicas para citação correta e certo desconhecimento de como fazê-lo. A introdução da citação correta no próprio material pode ser importante para a área.

Quanto à usabilidade, há um relativo reconhecimento por parte de muitos participantes de que pode ser um recurso auxiliar na operacionalização e gestão de RE. Trata-se de uma categoria típica do ambiente digital e própria do pressuposto da inovação. Chamou atenção a ausência de considerações estéticas dos RE, atributo próprio da área da Produção Editorial e também do Jornalismo.

c) Uso e aplicação

A necessidade de publicar, disseminar e obter a visibilidade são categorias que expressam funções perenes do processo de comunicação científica apreendidas pelos participantes como categorias de legitimidade e motivação para uso dos RE. Por outro lado, não há uma percepção explícita entre os participantes da vocação dos RE para disseminação de produção de qualidade. A minoria reconheceu os RE como espaço de armazenamento e disseminação, bem como fomentador de pesquisas. Também a minoria entendeu que a alta demanda da produção é um indicador da vitalidade da área e requer disseminação eficaz para sua socialização, um fator bastante positivo em favor da adoção dos RE. Por outro lado, alguns pesquisadores acreditam na visão oposta, de que os RE contribuem para a dispersão e explosão da ICT, fenômenos que desencadearam graves problemas na disseminação da ICT no sistema de comunicação científica secular, em função do esgotamento do modelo impresso. Também existe certa preocupação de que os RE possam afetar ou abalar a existência de veículos e atores formais do processo de comunicação científica, tais como os periódicos científicos e as bibliotecas. Não há a percepção de que a reestruturação do fluxo da ICT não elimina veículos ou atores do processo, mas reordena-os. Nesse sentido, existe relativa tendência em adotar os RE



somente para disseminação de pesquisas em andamento, e não como veículo de produção científica formal e/ou certificada.

5 Recomendações

A análise dos resultados indicou algumas tendências que podem traçar um perfil provável para a área das Ciências da Comunicação quanto a adoção e uso de RE pela sua comunidade. É possível afirmar que existe importante tendência na área das Ciências da Comunicação no Brasil a não aceitação do modelo dos RE devido ao seu perfil, embora não seja possível determinar sua amplitude, uma vez que as transformações na cultura digital e na sociedade estão em curso.

Há também indícios de que o pesquisador da área terá mais dificuldades de lidar com o modelo dos RE como produtor e disseminador da ICT do que como consumidor. A principal razão disso é a exigência de mais conhecimentos e compromissos por parte do pesquisador do que ele é capaz de absorver. Já como consumidor, não é necessário alto nível de competências. O predomínio do uso de livros em detrimento de periódicos foi apontado pelos pesquisadores como um indicador de que essa transformação se dará a longo prazo. De um modo geral, estas questões podem afetar o cerne dos princípios da comunicação científica na atualidade, inviabilizando um dos aspectos fundamentais da inovação, que exige maior participação do pesquisador no processo de geração, disseminação e uso da ICT e também certa responsabilidade em implementar repositórios digitais, conforme “pregam” os militantes do BOAI.

Por outro lado, apesar da maioria dos participantes terem baixa compreensão do modelo dos repositórios digitais, reconheceram a importância de se buscar mais conhecimentos para elevar a compreensão apresentando tendências nesse sentido. Por isso, uma das recomendações da pesquisa é a organização de fóruns específicos para promover amplos debates por meio da participação espontânea, a fim de esclarecer os conceitos e princípios que apóiam a OAI e o modelo dos repositórios digitais, para que a área tenha condições de avançar em relação ao seu estágio atual de compreensão do processo de comunicação científica.

Existe forte tendência de que a área adote repositórios digitais que não necessitam da participação direta da comunidade. Nesse sentido, os repositórios que surgirem devem ser fomentados e gerenciados por terceiros que sejam comprometidos e



reconhecidos pela área. Na verdade, esse já é o caso dos repositórios que compõem a *Federação Lusófona de Bibliotecas Digitais em Ciências da Comunicação*, implementados pela PORTCOM, sob a chancela da INTERCOM.

Outra característica observada é que os participantes se sentem limitados pelas políticas científicas das agências reguladoras da pesquisa no país para empreender ações e operações não legitimadas por essa via. Eles reivindicam maior participação e envolvimento de ambas as partes no processo decisório da formulação das políticas como recurso de superação. A recomendação sugerida para este caso é que representantes da área promovam essa interação em fóruns específicos a fim de articular demandas e políticas para a área.

A percepção dos RE como alternativa de armazenamento da produção científica de baixo valor epistêmico pode influenciar a motivação para fazer o auto-arquivamento da produção científica. Não há a percepção da existência de uma estratégia mundial para romper com as restrições ao acesso à produção científica. Nesse sentido, o auto-arquivamento é uma obrigação. Além disso, ainda há preconceito em relação aos materiais on-line, indicando que seu uso requer prudência para a comunidade da área. Os materiais impressos garantem mais confiança e autoridade, portanto, a legitimação dos RE deve passar pelos mesmos atributos, concentrando-se nas chancelas institucionais para conferir reconhecimento e qualidade. No entanto, não há um consenso entre os participantes sobre como serão os mecanismos para atribuir valor aos RE. Há certa percepção de que devem ser considerados os princípios da comunicação científica e critérios institucionalizados das políticas científicas. Na verdade, Guédon (2004) acredita ser esse um dos principais desafios para consolidação desse novo modelo – descobrir um mecanismo universal para atribuir valor aos repositórios digitais de modo que a comunidade científica de todo o mundo incorpore essas inovações ao sistema de comunicação científica secular. Nesse sentido, esta recomendação envolve toda a comunidade científica do país e do mundo.

Considerando que o sistema de comunicação científica encontra-se focado no acesso à produção científica, a “evangelização” do ideal do acesso livre pela via digital é fundamental, para que a comunidade científica do país possa empreender ações táticas e genuínas necessárias para a sua transformação.



Referências

- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.
- BERLIN Declaration on open access to knowledge in the Sciences and Humanities. Berlin, 2003. Disponível em: <<http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>>. Acesso em: 27 maio 2004.
- BETHESDA Statement on Open Access Publishing. Released June 20, 2003. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 27 maio 2004.
- BUDAPEST Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/>>. Acesso em: 27 maio 2004.
- GARVEY, W. D.; GOTTFREDSON, S. D. Changing the system: innovations in the interactive social system of scientific communication. *Information Processing and Management*, v. 12, n. 3, p. 165-176, 1976.
- GERALDES, Ellen Cristina. Ciência e tecnologia, riscos e jornalismo científico: apontamentos para um debate. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. *Anais eletrônicos...* São Paulo: INTERCOM, 2002. 1 cd-rom.
- GIBBONS, M. et al. *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in the contemporary societies*. London: Sage, 1994.
- GUÉDON, Jean-Claude. Toward optimizing the distributed intelligence of scientists: the need for open access. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2004, Campinas. [Trabalhos apresentados...]. Campinas: UNICAMP, 2004.
- HARNAD, Stevan. Free at last: the future of peer-reviewed journals. *D-Lib Magazine*, v. 5, n. 12, Dec. 1999. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/december99/12harnad.html>>. Acesso em: 5 fev. 2002.
- HARNAD, Stevan. The invisible hand of peer review, *Exploit Interactive*, n. 5, Apr. 2000. Disponível em: <<http://www.exploit-lib.org/issue5/peer-review/>>. Acesso em: 22 jan. 2003
- HARNAD, Stevan. The self-archiving initiative. *Nature*, v. 410, p. 1024-1025, Apr. 2001. Disponível em: <<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Tp/nature4.htm>>. Acesso em: 25 maio 2007.
- HARNAD, Stevan. Scholarly skywriting and the prepublication continuum of scientific inquiry. *Psychological Science*, n. 1, p. 342 – 343, 1990. Reprinted in *Current Contents*, n. 45, p. 9-13, Nov. 1991. Disponível em: <http://users.ecs.soton.ac.uk/_harnad/Papers/Harnad/harnad90.skywriting.html>. Acesso em: 22 jan. 2003.
- KLING, Rob. The internet and unrefereed scholarly publishing. In: CRONIN, Blaise (ed.). *Annual Review of Information Science and Technology*, Medford, NJ, v. 38, p. 591-631, 2004.
- KRUEGER, Richard A.; CASEY, Mary Anne. *Focus groups: a practical guide for applied research*. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. 215 p.
- McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. p. 206.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2003. 350 p.